



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/DAD/ANP/DGP/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8754756/2018-SEMAI/DAD/ANP/DGP/PF

Processo nº 08204.002429/2017-11

TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, NÃO CONTÍNUOS,
DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREDIAL**

**POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**

PREGÃO SRP Nº /2018

(Processo Administrativo n.º 08204002429/2017-11)

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços comuns de engenharia inerentes à manutenção predial corretiva ou preventiva, com fornecimento de material, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Global Máximo
ÚNICO	1	Serviço de impermeabilização da área de cobertura das edificações, contemplando, retirada	M²	24.762,05	R\$ 138,12	R\$ 3.420.060,11

	da atual vedação, preparação, aplicação de manta asfáltica aluminizada e limpeza.				3.420.003,44
--	---	--	--	--	--------------

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade Total (m²)
1	Serviço de impermeabilização da área de cobertura das edificações, contemplando, retirada da atual vedação, preparação, aplicação de manta asfáltica aluminizada e limpeza.	m² (metro quadrado)	24.762,05

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O pedido visa atender a necessidade recorrente de tratamento das diversas infiltrações identificadas nas várias edificações da Academia Nacional de Polícia.

2.2. Atualmente, grande parte das edificações da ANP não possuem nenhum tratamento de impermeabilização, fato que eleva a quantidade de pedidos de manutenção das coberturas desta Casa de Ensino e considerando que a capacidade de resolução desse tipo de problema é mínima em relação ao tamanho das infiltrações, se torna necessária a aquisição de serviço especializado para a resolução definitiva.

2.3. O problema da falta de impermeabilização é crítico em algumas edificações da ANP que inviabilizam a sua utilização no período de chuvas. Situação que prejudica sobremaneira o Setor de Execução de Cursos.

2.4. A contratação ora em tela atende aos requisitos da legislação vigente para a contratação via Sistema de Registro de Preço, conforme Art. 3º, Incisos II e IV do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, haja vista que o serviço de impermeabilização pode ser contratado por unidade de medida (m²), conforme é apresentado no Anexo IV (Planilha de Formação de Preços), e também que atualmente, não se sabe ao certo a quantidade de serviço de impermeabilização que será demandado pela Administração, ambos os casos previstos na legislação vigente.

2.5. Na ANP existem edificações que necessitam urgentemente da execução do serviço de

impermeabilização da cobertura, assim, como existem edificações que não possuem necessidade premente, entretanto podem demandar a execução do serviço durante a vigência da Ata. Sabendo que a validade da Ata de Registro de Preço é de 12 meses, é recomendável incluir todas as edificações que não possuem impermeabilização ou que a proteção existente poderá ser comprometida ao longo do prazo da validade desta contratação.

2.6. A quantidade foi estipulada com base no cálculo das áreas de cobertura das edificações da Academia Nacional de Polícia, conforme é demonstrado neste Termo de Referência.

2.7. Há de considerar, ainda, que o melhor período de execução desse tipo de serviço em Brasília/DF está compreendido entre os meses de maio e setembro, que sabidamente é tempo de estiagem e normalmente não há registro de chuva. Entretanto, o serviço, também pode ser executado fora do período de estiagem, mas em um tempo maior ao comparado ao tempo necessário no período de seca.

2.8. Considerando os argumentos expostos, e sabendo que a Administração tem adotado o Sistema de Registro de Preço para a contratação do serviço de impermeabilização, vide Estudo Técnico Preliminar da Contratação, a forma de contratação que melhor atende a necessidade da Administração é o Pregão Eletrônico na modalidade Sistema de Registro de Preço.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O serviço a ser executado foi classificado na categoria de serviço comum. Sobre a definição de serviço comum, a Lei nº 10.520/2002 dispõe que, para contratação de serviços comuns considera-se aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais de mercado, com base no Acórdão 313/2004 (TCU). Assim sendo, o bem em questão não precisa ser padronizado nem ter definidas suas características em normas técnicas.

3.2. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271/1997, constituindo-se em atividade material acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.2. Após a contratação com o órgão, a empresa deverá informar os dados e contatos de seu preposto para a necessidade de contato com a empresa.

4.3. O preposto da empresa deverá comparecer à ANP, após notificada sobre a Nota de Empenho existente, em no máximo 72 (setenta e duas) horas, para receber as orientações sobre o serviço a ser executado e fazer o reconhecimento do local onde vai ser executado o serviço.

4.4. Após liberado o local para o início do serviço, por se tratar de serviço comum, o mesmo deve ser iniciado em no máximo 10 (dez) dias.

4.5. Os funcionários da empresa deverão comparecer ao local da obra devidamente identificados (com uniforme da empresa) e deverão ser cadastrados junto a ASI/GAB/ANP.

4.6. Os trabalhos deverão ser executados no período compreendido entre 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:30h dos dias úteis. Se for necessário executar algum serviço fora do horário do expediente ou em dias sem expediente, deverá ser feita uma solicitação de autorização com antecedência de pelo menos 24 horas.

4.7. O prazo para execução do serviço será de 8 (oito) meses em caso de realização total do objeto desta contratação, conforme ANEXO IV, ou em caso de empenho parcial do objeto o prazo para execução será proporcional ao tempo total levando em conta quantidade de serviço contratada na Nota de Empenho.

4.8. O serviço será acompanhado por um fiscal, que verificará o cumprimento do serviço dentro dos padrões exigidos e a utilização do material adequado previsto no objeto.

4.9. Após a finalização do serviço, o fiscal irá executar o recebimento provisório do serviço, onde poderá dar a contratada até 30 dias para correção de possíveis falhas ou irregularidades. Findo o prazo estipulado, será executado o recebimento definitivo do serviço.

4.10. No serviço executado, a empresa deve dar uma garantia mínima de um ano, período no qual pode ser acionada para sanar problemas ou refazer o serviço executado caso comprovado culpa ou dolo em serviço mal executado.

4.11. Todos os serviços executados devem considerar as boas práticas e as normas técnicas relacionadas ao serviço, em especial a NBR 9.952/2014, NR-36, além daquelas que estão relacionadas com o tipo de serviço contratado.

4.12. Os serviços serão executados conforme discriminado no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Anexo III deste Termo de Referência.

5. DA VISTORIA

5.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, devendo a licitante realizar vistoria nas condições abaixo:

5.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2024-8834/2024-8823.

5.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura do pregão.

5.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

5.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, antes da data fixada para a sessão pública.

5.1.5. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

5.1.6. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

5.1.7. Após a realização da vistoria, será preenchido o Atestado de Realização de Vistoria, conforme Anexo VIII deste Termo.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A demanda do órgão gerenciador tem como base as seguintes características:

6.2. A quantidade prevista neste Termo de Referência foi identificada conforme o quantitativo de área disposta nas edificações que poderão necessitar da execução do serviço de impermeabilização, conforme quadro abaixo.

Levantamento de área de Cobertura das Edificações da ANP para execução do serviço de impermeabilização		
ITEM	LOCAL	Área M²
1	P1	718,75
2	Transporte/ Garagem	1.512,25
3	Bloco A	735,26
4	Bloco B	735,26
5	Bloco C	342,33
6	Bloco D	684,66
7	Bloco E	633,60
8	Bloco F	182,94
9	Bloco G	432,12
10	Bloco H	1.211,36
11	Bloco I	1.361,83
12	Bloco J	968,36

13	Bloco L	1.517,78
14	Bloco M	830,15
15	Teatro de arena	2.186,35
16	Restaurante	1.689,35
17	Alojamento A	1.581,83
18	Alojamento B	676,20
19	Alojamento C	1.241,43
20	Alojamento D	924,95
21	Alojamento E	1.241,43
22	Alojamento F	650,90
23	Alojamento G	805,46
24	Residências	1.897,50
ÁREA TOTAL		24.762,05

6.3. O fornecedor deve atentar para a quantidade a ser empenhada e levar em consideração, no seu levantamento de custos, a possibilidade de executar toda a quantidade prevista.

6.4. A CONTRATADA deve apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada.

6.5. A CONTRATADA deve comprovar aptidão para execução do objeto, por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA, do responsável técnico (Engenheiro Civil) que se responsabilizará pelos trabalhos.

6.6. A CONTRATADA deve comprovar capacidade técnica operacional por meio de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando ter executado serviços similares ao objeto deste Termo de Referência.

6.7. A CONTRATADA deverá expedir a Anotação de Responsabilidade Técnica antes do início da execução dos serviços.

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.1.1. Será verificado pelo fiscal se o serviço está sendo executado dentro das normas e padrões exigidos para cada tipo de serviço conforme preconizado pela ABNT e CREA.

7.1.2. Deverá ser observado a utilização dos EPs previstos para cada tipo de serviço pelos funcionários da empresa contratada.

7.1.3. Será verificado se a qualidade do material utilizado no serviço é a prevista na discriminação do item contratado, onde poderá ser negado pelo fiscal, material diferente do previsto.

7.1.4. O prazo para execução do serviço será de 8 (oito) meses em caso de realização total do objeto desta contratação, conforme ANEXO IV, ou em caso de empenho parcial do objeto o prazo para execução será proporcional ao tempo total levando em conta a quantidade de serviço contratada na Nota de Empenho.

8. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

8.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data indicada no respectivo contrato, cujas etapas observarão o cronograma-físico financeiro, considerando a extensão dos serviços e o disposto nas especificações técnicas.

8.2. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 30 (trinta) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

8.2.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções eventualmente exigíveis.

8.3. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados pela contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.3.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

8.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

8.4. Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca

das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

8.5. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

8.5.2 O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

8.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 8.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

8.5.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

9.9. Arquivamento, entre outros documentos de especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

10.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

10.9. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

10.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

10.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.

10.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.17. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

10.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.

10.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.26. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).

10.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

10.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.31. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.

10.32. Elaborar Diário de Obra para acompanhamento, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da demanda, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

10.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

10.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.35.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.35.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

10.35.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

10.35.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da

construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.36.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

10.36.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.36.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.36.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.36.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.37.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme

procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

10.40. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.41. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.6. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8. A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017.

11.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.1.6. não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de até 0,2% (zero ponto dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (dias) dias;

13.2.2.1 em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

13.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no

SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

14.1. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.1.1. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

14.1.2. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

14.2. A CONTRATADA deverá atender a redução e otimização do consumo de materiais e energia, a redução dos resíduos gerados, a preservação do ambiente natural e a melhoria da qualidade do ambiente construído. Para tanto, recomenda-se:

14.2.1. busca de soluções que potencializem o uso racional de energia ou de energias renováveis;

14.2.2. gestão ecológica da água;

14.2.3. redução do uso de materiais com alto impacto ambiental;

14.2.4. redução dos resíduos da construção com modulação de componentes para diminuir perdas e especificações que permitam a reutilização de materiais.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- ANEXO I – Estudos Preliminares
- ANEXO II – Termo de Justificativas Técnicas relevantes
- ANEXO III – Caderno de Encargos e Especificações Técnicas
- ANEXO IV – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços
- ANEXO V – Planilha de Composição de BDI
- ANEXO VI – Cronograma Físico-Financeiro
- ANEXO VII - Anotação de Responsabilidade Técnica
- ANEXO VIII – Atestado de Vistoria
- ANEXO IX – Relatório Fotográfico das Edificações da Necessitam do Serviço de Impermeabilização

Brasília, 26 de Outubro de 2018.

FABIANO MENDES FERNANDES

Engenheiro

SEMAI/DAD/ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO MENDES FERNANDES, Administrador(a)**, em 26/10/2018, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8754756** e o código CRC **FCD36628**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/SC

PROJETO BÁSICO - CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETIVO

- 1.1. Este documento apresenta as especificações técnicas, diretrizes e normativos para a execução de serviço de impermeabilização que será efetuada na Academia Nacional de Polícia, situada em Brasília/DF.

2. ESCOPO E RELAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

- 2.1. Abaixo segue a relação geral dos serviços que deverão ser entregues pela empresa CONTRATADA:

2.1.1. Demolição e descarte de estrutura existente.

2.1.2. Instalação de nova manta de impermeabilização

3. NORMAS TÉCNICAS

- 3.1. Os materiais a serem empregados, a obra e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

3.1.1. às especificações e orientações constantes deste caderno;

3.1.2. às normas da ABNT;

3.1.3. às disposições legais da União e do GDF;

3.1.4. aos regulamentos das empresas concessionárias;

3.1.5. às prescrições e recomendações dos fabricantes.

4. PLANEJAMENTO DA OBRA

- 4.1. A obra será executada de acordo com o cronograma de execução, devendo a CONTRATADA, sob a coordenação da FISCALIZAÇÃO da PF, definir um plano de obras coerente conforme o cronograma físico-financeiro anexo.

- 4.2. A CONTRATADA deve ficar ciente de que não haverá possibilidade durante a semana em horário comercial, do fechamento do registro geral de água ou desligamento do quadro geral de energia. A CONTRATADA deve ficar ciente de que, eventualmente, alguns serviços só poderão ser executados durante a noite, fins-de-semana e/ou feriados. Dessa forma para a mão-de-obra destes serviços, a CONTRATADA deverá considerar

os devidos acréscimos previstos em lei, devendo realizar um planejamento rigoroso para as diversas etapas da obra, tomando os devidos cuidados para elaboração e programação dos serviços críticos que envolvam risco à segurança e/ou à operacionalidade das atividades. Devendo o serviço nestas circunstâncias ter sua programação final discutida e aprovada junto a FISCALIZAÇÃO.

- 4.3. Será necessário que a CONTRATADA sinalize ou isole (conforme o caso) convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores do PF ou a terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente.
- 4.4. Qualquer dúvida ou irregularidade observada nas especificações relacionadas aos projetos e serviços, deverão ser previamente comunicadas, visto que, não será permitida a alteração das especificações, exceto com a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.
- 4.5. O local dos serviços deverá ser entregue completamente limpo e desimpedido de todo e qualquer entulho ou pertence da CONTRATADA, e com as instalações em perfeito funcionamento.
- 4.6. Os resíduos e o entulho serão destinados conforme a resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, e serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.7. Ficará a cargo da CONTRATADA a separação de resíduos e materiais recicláveis e reutilizáveis. A PF será responsável pela destinação dos materiais reutilizáveis originados da obra e encaminhados pela CONTRATADA, observando o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 4.8. Evitar que ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e/ou superfícies de trabalho que possam colocar em risco a segurança.

5. MANUAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E INSTRUÇÕES DE OPERAÇÃO E USO

- 5.1. Ao final da obra, antes da sua entrega definitiva, a CONTRATADA deverá apresentar o Manual de Manutenção e Conservação e as Instruções de Operação e Uso, conforme a NBR 5674, sendo que a sua apresentação deverá obedecer ao roteiro a seguir:
 - 5.1.1. O Manual de Manutenção e Conservação deverá reunir as especificações dos fabricantes de todos os equipamentos, as normas técnicas pertinentes, os termos de garantia e a rede nacional de assistência técnica, bem como as recomendações de manutenção e conservação de tais equipamentos;
 - 5.1.2. As Instruções de Operação e Uso deverão reunir todas as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos equipamentos acerca de seu funcionamento e operação, a fim de permitir sua adequada utilização.

6. INTERFERÊNCIAS COM INFRAESTRUTURA EXISTENTE

- 6.1. A limpeza da obra deverá ser constante e diária, sendo que no caso de utilização de locais de circulação de servidores, esta limpeza deverá ser feita imediatamente após o transporte de material ou circulação de pessoal da obra. Sobre os pisos que não forem atingidos pela obra, mas que servirem de circulação de pessoal ou materiais, deverá ser colocada proteção que mantenha suas condições inalteradas.

- 6.2. As sustentações deverão ser projetadas e programadas com a devida antecedência e de acordo com a FISCALIZAÇÃO da PF, devendo-se tomar, na execução dos serviços, os cuidados e precauções que se fizerem necessários, a fim de se evitarem danos às instalações existentes cadastradas ou não.
- 6.3. A FISCALIZAÇÃO fornecerá as indicações que dispuser sobre as interferências existentes, podendo, entretanto, ocorrer outras, não cadastradas, cuja sustentação deverá ser programada de forma a não prejudicar o início previsto, nem o cronograma das obras.

7. SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

7.1. Fica estabelecido que é de responsabilidade da CONTRATADA:

- 7.1.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
- 7.1.2. Dar ciência aos empregados, por meio de ordens de serviço, das normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho;
- 7.2. A CONTRATADA é obrigada a fornecer aos empregados gratuitamente equipamento de proteção individual adequado ao risco envolvido e em perfeito estado de conservação e funcionamento nas seguintes circunstâncias:
 - 7.2.1. Sempre que as medidas de proteção coletivas forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou doenças profissionais;
 - 7.2.2. Para atender a situações de emergência.

8. ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS

- 8.1. A empresa deverá providenciar caçamba para entulho no início da execução dos serviços.
- 8.2. Deverá ser feita a demolição da manta existente e o material produzido por essa demolição será carregado para a caçamba.
- 8.3. Após a retirada do material demolido a superfície deverá ser limpa, seca e bem regularizada, com caimento para os ralos e meia-cana nas quinas, que eliminam os cantos vivos.
- 8.4. Deverá ser aplicado um primer (tinta de ligação) entre a manta e o local onde ela será aplicada. Aguardar o tempo indicado pelo fabricante.
- 8.5. Quando o primer estiver seco, desenrolar a manta, que tem 1 m x 10 m, do ponto mais baixo para o mais alto.
- 8.6. Com o maçarico, colar a manta na base. A chama do maçarico derrete a manta e a fixa à superfície.
- 8.7. Para fazer o arremate, a intensidade da chama do maçarico deve ser diminuída. Com a espátula, assentar a manta de forma que fique bem fixa, sem vãos por onde possa entrar água.

- 8.8. Quando um rolo de manta chegar ao fim, desenrolar outra manta e soldá-la sobre a outra.
Nas emendas, é preciso sobrepor uma sobre a outra em 10 cm.
- 8.9. A obra deverá ser entregue limpa e sem resíduos de material e equipamentos.

NÉLSON BREZOLIN ROTTA
Engº Civil CREA/RS 166931
Agente de Polícia Federal
GTED/SR/PF/SC

ANEXO IV – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO							
				SINAPI/DF Área Total: / M2 Custo por M2 BDI: 25,01%			
						24.762,05 R\$ 138,12	
ITEM	COD. REFERÊNCIA SINAPI	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QUANTIDADE CONSUMO (A)	PREÇO UNIT. (R\$) MAT+M.O (B)	PREÇO TOTAL R\$ (AxB)	PREÇO TOTAL COM BDI
1		ADMINISTRAÇÃO					
1.1	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	470,00	79,97	37.585,90	R\$ 46.986,13
1.2	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.408,00	20,98	29.539,84	R\$ 36.927,75
1.3	88270	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.408,00	17,93	25.245,44	R\$ 31.559,32
1.4	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.408,00	13,16	18.529,28	R\$ 23.163,45
		Subtotal				110.900,46	R\$ 138.636,67
TOTAL DO ITEM						110.900,46	R\$ 138.636,67
2		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS					
2.1	72897	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	M3	75,00	16,68	1.251,00	R\$ 1.563,88
2.2	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	23.249,80	2,05	47.662,09	R\$ 59.582,38

2.3	72899	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	M3	75,00	5,26	394,50	R\$ 493,16
		Subtotal				49.307,59	R\$ 61.639,42
TOTAL DO ITEM						49.307,59	R\$ 61.639,42
3		SERVIÇOS AUXILIARES					
3.1	73847/001	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20MALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MÊS	8,00	394,53	3.156,24	R\$ 3.945,62
3.2	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO TORRE (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	M	20,00	13,26	265,20	R\$ 331,53
3.3	83733	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA (GROSSA), TRACO 1:4, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E=2 CM	M2	23.249,80	32,55	756.780,99	R\$ 946.051,92
3.4	93281	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	H	1.408,00	15,21	21.415,68	R\$ 26.771,74
		Subtotal				781.618,11	R\$ 977.100,80
TOTAL DO ITEM						781.618,11	R\$ 977.100,80
4		SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO					
4.1	73753/001	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM MANTA ASFALTICA PROTEGIDA COM FILME DE ALUMINIO GOFRADO (DE ESPESSURA 0,8MM), INCLUSA APLICACAO DE EMULSAO ASFALTICA, E=3MM.	M2	24.762,05	70,34	1.741.762,60	R\$ 2.177.377,42
		Subtotal				1.741.762,60	R\$ 2.177.377,42
TOTAL DO ITEM						1.741.762,60	R\$ 2.177.377,42

5		SERVIÇOS PRELIMINARES					
5.1	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	24.762,05	2,11	52.247,93	R\$ 65.315,13
		Subtotal				52.247,93	R\$ 65.315,13
		TOTAL DO ITEM				52.247,93	R\$ 65.315,13

CUSTO				R\$	2.735.836,68	
CUSTO FINAL				R\$	2.735.836,68	
	B.D.I	25,01%		R\$	684.232,75	
TOTAL GERAL				R\$	3.420.069,44	R\$ 3.420.069,44
VALOR DO M ² DO SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO						R\$ 138,12

Observação :	FONTE DE PREÇOS = SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
--------------	---

ANEXO V

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI GERAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA (%)
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,23%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	1,28%
3	DESPESAS FINANCEIRAS	0,94%
4	TRIBUTOS	10,15%
5	LUCRO	6,47%
BDI ADOTADO		25,01%

DETALHAMENTO

2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS	TAXA (%)
2.1	Seguros + Garantias	0,28%
2.3	Riscos	1,00%
TOTAL		1,28%

4	TRIBUTOS CONSIDERADOS	TAXA (%)
4.1	ISS	2,00%
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
4.4	CPRB (*1)	4,50%
TOTAL		10,15%

CÁLCULO DO BDI (*2)

$$BDI = \frac{(1+(AC+R+S+G))(1+DF)(1+L)}{(1-T)} - 1, \text{ onde:}$$

AC = Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central

R = Taxa representativa de Riscos

S = Taxa representativa de Seguros

G = Taxa representativa de Garantias

DF = Taxa representativa de Despesas Financeiras

L = Taxa representativa do Lucro/Remuneração

T = Taxa representativa da Incidência de Tributos

(*1) CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): Alíquota definida pela lei 12.844/2013

(*2) Fontes: Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário; Acórdão Nº2369/2011 - TCU - Plenário

FABIANO MENDES FERNANDES

Engenheiro

CREA DF-10572/D

ANEXO VI – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA										
SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO										
CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO										
	Dias ==>		30	60	90	120	150	180	210	240
ITEM	EVENTOS	VALOR FINAL								
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CANTEIRO DE OBRAS E ENGENHARIA									
1.1	Engenheiro Civil de Obra Pleno com encargos complementares	R\$ 46.986,13								
1.2	Mestre de Obras com encargos complementares	R\$ 36.927,75								
1.3	Impermeabilizador com encargos complementares	R\$ 31.559,32								
1.4	Servente com encargos complementares	R\$ 23.163,45								
1.5	Instalação de canteiro de obras (Container)	R\$ 3.945,62								
1.6	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre	R\$ 331,53								
	Valor total da item 1 (R\$) ==>	R\$ 142.913,80								
	Percentual de Medição No Período - item 1 ==>		12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%
	Valor de medição No Período (R\$) - item 1 ==>		R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23	R\$ 17.864,23
2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS									

2.1	Demolição de argamassa, de forma manual, sem reaproveitamento	R\$ 59.582,38								
2.2	Carga Manual de entulho em caminhão basculante 6m3	R\$ 1.563,88								
2.3	Transporte de entulho com caminhão basculante 6m3, rodovia pavimentada	R\$ 493,16								
	Valor total da item 2 (R\$) ==>	R\$ 61.639,42								
	Percentual de Medição No Período - item 2 ==>		12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%
	Valor de medição No Período (R\$) - item 2 ==>		R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93	R\$ 7.704,93
3	EXECUÇÃO CONTRAPISO E IMPERMEABILIZAÇÃO DO TELHADO									
3.1	Execução de contrapiso em argamassa traço 1:4, preparo mecânico com betoneira, aplicado em áreas molhadas sobre laje, aderido, espessura 2cm	R\$ 946.051,92								
3.2	Locação de guincho elétrico de coluna, capacidade 400kg, com moto freio	R\$ 26.771,74								
3.3	Execução de impermeabilização de superfície com manta asfáltica protegida com filme de alumínio	R\$ 2.177.377,42								
	Valor total da item 3 (R\$) ==>	R\$ 3.150.201,08								
	Percentual de Medição No Período - item 3 ==>		12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%
	Valor de medição No Período (R\$) - item 3 ==>		R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14	R\$ 393.775,14

4	SERVIÇOS FINAIS									
4.1	Limpeza Final da obra	R\$ 65.315,13								
	Valor total da item 4 (R\$) ==>	R\$ 65.315,13								
	Percentual de Medição No Período - item 4 ==>						25,00%	25,00%	25%	25%
	Valor de medição No Período (R\$) - item 4 ==>						R\$ 16.328,78	R\$ 16.328,78	R\$ 16.328,78	R\$ 16.328,78
	Valor de medição No Período (R\$) Total ==>	R\$ 3.420.069,43	R\$ 419.344,29	R\$ 419.344,29	R\$ 419.344,29	R\$ 419.344,29	R\$ 435.673,07	R\$ 435.673,07	R\$ 435.673,07	R\$ 435.673,07
	Valor em evolução a ser empenhado por mês		R\$ 419.344,29	R\$ 838.688,58	R\$ 1.258.032,86	R\$ 1.677.377,15	R\$ 1.693.705,93	R\$ 2.129.379,00	R\$ 2.984.396,36	R\$ 3.420.069,43
	Obs.: a) Todas as atividades incluem fornecimento de material e execução; b) Este cronograma físico-financeiro levou em consideração a execução de todo o objeto deste Termo de Referência. Caso a quantidade do serviço a ser empenhada seja diferente da totalidade do objeto, será elaborado cronograma compatível.									

Relatório Fotográfico das edificações que necessitam do Serviço de Impermeabilização



Teatro de Arena - foto 1



Teatro de Arena - foto 2



COREC e COEN - foto 1



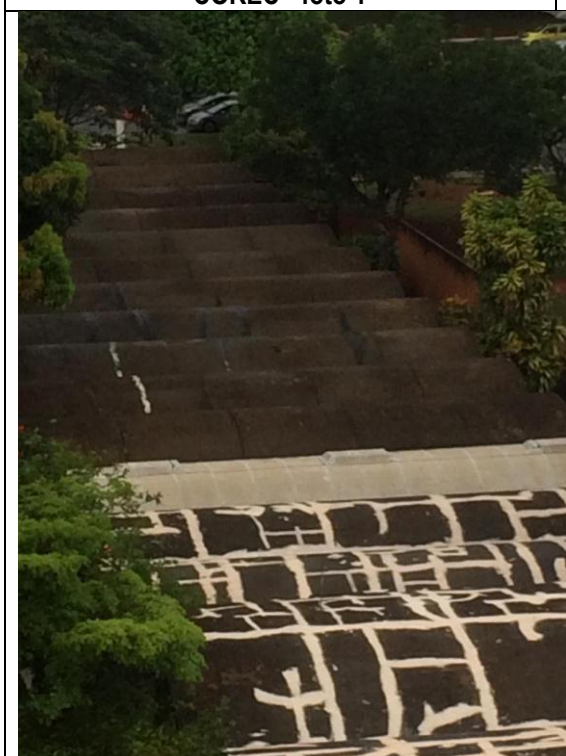
COREC e COEN - foto 2



COREC - foto 1



COREC - foto 2



COEN - foto 1



COEN - foto 2

